



Ranqueamento de universidades: reflexões acerca da construção de reconhecimento institucional

Bruno Azevedo Moura* e Leides Barroso Azevedo Moura

Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, 70910-900, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: lmoura@unb.br

RESUMO. A ideia de universidades que sejam mais qualificadas que outras sempre esteve presente na estratificação dos sistemas de Ensino Superior. Enquanto no topo da hierarquia das instituições universitárias estão as universidades de ponta, isto é, universidades consideradas detentoras de maior prestígio e reputação, nos escalões inferiores podem ser encontradas as instituições que procuram democratizar e universalizar o acesso à Educação Superior. O texto primeiramente argumenta que, atualmente, quando se reflete acerca do Ensino Superior mundial, o prestígio das instituições universitárias está sendo cada vez mais definido pelas publicações dos sistemas de ranqueamentos nacionais e internacionais. A seguir, apresenta-se uma história do processo de implantação e evolução dos instrumentos de ranqueamento de instituições universitárias e da transição do modo de produzir reputação universitária. Enquanto no passado a reputação era avaliada por um processo de acumulação de prestígio repassado pela tradição sem a confirmação de dados para oferecer suporte às percepções, hoje esse processo é quantificado e sistematizado a partir da introdução de instrumentos que pretendem mensurar o desempenho institucional. Finalmente, o texto explora as implicações dos sistemas de ranqueamento e conclui oferecendo uma reflexão acerca dos fetiches gerados por esses instrumentos de divulgação e comparação de desempenho universitário.

Palavras-chave: educação, educação superior, sistemas de ranqueamentos, globalização.

University rankings: reflections on the construction of institutional acknowledgment

ABSTRACT. The concept of a group of universities being better qualified than others has always existed within the stratification of higher education systems. Whereas at the top of the higher education hierarchy are first class universities, or rather, universities with the highest prestige and reputation, the institutions that provide democratic and universal access to higher education may be found at lower levels. Current essay argues that higher education reputation is being defined increasingly by national and international ranking systems. It also provides a history of the establishment and development of ranking instruments for higher education and highlights the transition towards a production of university reputation. Whereas in the past reputation was evaluated through a process of prestige accumulation and tradition, without the confirmation of any foregrounding data, this process is currently quantified and systematized by the introduction of tools to measure the institutions' performance. The ensuing discussion also identifies the implications of the ranking system and identifies myths produced by these instruments that broadcast and compare university performance.

Keywords: education, higher education, ranking systems, globalization.

Introdução

Existe a possibilidade de, no contexto do futuro da Educação Superior brasileira, a política de investimento universitário ser definida por instrumentos que classifiquem as instituições em uma escala numérica por níveis de qualidade? Será que melhorar a posição de destaque em sistemas de ranqueamento internacionais e nacionais suplantaria a missão e os valores que tradicionalmente direcionaram algumas instituições universitárias? Essas e outras questões são discutidas internacionalmente,

especialmente em países centrais, cujos sistemas de Ensino Superior são orientados essencialmente pelo mercado, e não pela tutela governamental e sua agenda de desenvolvimento e transformação social. Nesses países, como é o caso dos Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Austrália e Canadá, o que vem motivando a emergência e difusão dos ranqueamentos relaciona-se com a passagem de três fenômenos no sistema de Ensino Superior nacional, a saber: que o Ensino Superior tenha se massificado, que a competição institucional tenha aumentado e

que o Ensino Superior tenha se internacionalizado (TEICHLER, 2011).

O que acontece nesses países é que os ranqueamentos promovidos por instituições extragovernamentais superaram as avaliações institucionais, historicamente realizadas por órgãos governamentais em termos de popularidade e diversificação de uso. Nesse contexto, a quantidade de instrumentos para medir o desempenho da qualidade de instituições universitárias vem aumentando consideravelmente desde meados da década de 1990. Para Altbach et al. (2010), os ranqueamentos não vêm demonstrando sinais de que devem desaparecer, pelo contrário, a cada ano provam que são mais influentes e importantes para a sociedade. Hoje, segundo Shin e Toutkoushian (2011), há ao menos 33 sistemas de rankings de instituições universitárias no mundo. Em outra pesquisa, Hazelkorn (2011) encontrou 11 rankings globais ativos e mais de 50 rankings nacionais.

São múltiplos os usuários que se utilizam dos dados oficiais que categorizam as instituições universitárias por ranqueamento. As próprias organizações universitárias evidenciam a preocupação com os resultados dessas publicações, uma vez que a ocupação de uma vaga privilegiada em qualquer ranqueamento pode significar maior notoriedade e ganhos no prestígio institucional, expansão da procura por parte de estudantes nacionais e internacionais, facilidade de captação de recursos para financiamento de pesquisas e doações. Os estudantes de graduação e pós-graduação, seus pais e familiares usam dessas publicações como referência para a escolha da instituição de maior prestígio para a formação acadêmica e inserção profissional. Os docentes também têm utilizado esses instrumentos para guiá-los em seus respectivos processos de escolha de pós-doutorado e desenvolvimento de projetos de pesquisa multicêntricas e interinstitucionais. Além disso, outros usuários que recorrem às publicações dos ranqueamentos são os representantes do governo, investidores privados e do ramo industrial, fundações privadas, entre outros. Vale ressaltar que os governos recorrem ao sistema de ranqueamento com a finalidade de selecionar universidades e programas para destinar linhas de financiamentos e incentivo a pesquisas. Assim, o que se percebe é a formação de uma rede de atores que estão se relacionando econômica e profissionalmente com esses instrumentos, criando uma possível indústria mundial de ranqueamentos, mais precisamente, um sistema de classificação de reputação em escala regional, nacional e global.

Em função do esperado e garantido crescimento global para a indústria dos ranqueamentos, incluindo

a inserção de novos mercados e países que deverão aderir a essa moda, esforços já têm sido acumulados para organizar e regulamentar o processo de formação e desenvolvimento de critérios para esses mecanismos. Sob a supervisão e tutela da UNESCO, a European Centre for Higher Education (Unesco-Cepes) e do Institute for Higher Education Policy em Washington, D.C., o grupo de pesquisa e estudo denominado International Ranking Expert Group (IREG) publicou em 2006, algumas orientações internacionais para assistir a confecção desses instrumentos que comparam e ordenam qualidade de instituições de Ensino Superior. O documento conhecido como Berlin Principles of Ranking Higher Education Institution (SPONSLER, 2010) procura indicar algumas recomendações acerca dos propósitos e metas dos ranqueamentos, dos indicadores e o sistema de pontuação, da metodologia para coletar e processar dados e da apresentação e divulgação dos resultados.

No Brasil, ranqueamentos universitários vêm se desenvolvendo lentamente. Registra-se o primeiro ranqueamento nacional como uma iniciativa vinculada à imprensa, tendo como protagonista uma revista masculina: Playboy. Hoje, a editora Abril é considerada a única empresa profissional que realiza ranqueamentos universitários no Brasil. Entretanto, o sistema mais popularizado de classificação de universidades brasileiras vem sendo tutelado pelo Estado, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Trata-se do Índice Geral de Cursos (IGC) que compõe uma das dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O IGC sintetiza para cada Instituição de Ensino Superior (IES) a qualidade de todos os seus cursos de graduação – por meio do Conceito Preliminar de Curso (CPC) – e pós-graduação *stricto-sensu* – por intermédio dos resultados da avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – em uma nota ou score final.

Este artigo tem por objetivo apresentar os debates que têm preocupado os profissionais da academia universitária, governo e setor produtivo que percebem os custos e benefícios consolidados a partir do impacto dos sistemas de ranqueamentos nacionais e internacionais sobre as trajetórias institucionais. Sugere-se que houve uma transição no modo de produzir reputação universitária, visto que enquanto no passado, a reputação era avaliada por um processo de prestígio repassado pela tradição

sem a confirmação de dados para oferecer suporte às percepções, hoje esse processo é quantificado e sistematizado a partir da introdução de instrumentos que mensuram desempenho institucional. O artigo apresenta ainda uma reflexão acerca da construção do reconhecimento da instituição universitária, tendo como interface uma análise histórica do processo de implantação e evolução dos instrumentos de ranqueamento de instituições universitárias.

Uma História da reputação das instituições universitárias

Reputação pode ser entendida como uma ferramenta social cuja função seja de imputar confiabilidade ou não a um sistema ou uma conjuntura de ideias, visto que para se ter uma compreensão autêntica e completa de um sistema de ideias seria necessário mais tempo e recursos, muitas vezes sendo inteiramente impossível tal feito (FEDERKEIL, 2009). Assim, reputação permite uma orientação pequena e comprimida, reduzindo a complexidade da informação apresentada, muitas vezes impossível de ser captada e internalizada pela sua construção bruta. A reputação lapida e cognitivamente sintetiza o sistema ou a conjuntura de ideias em uma teia de informações apresentáveis que visa agregar um sistema de valor e conferir um status - uma etiqueta de qualidade - ao elemento analisado.

Argumenta-se que antes da introdução de ranqueamentos e avaliações em massa, a reputação das instituições universitárias era adornada por uma mão invisível, no sentido que a reputação gerava-se a partir de uma tradição, lentamente, disseminada e construída. Hoje, em função dos sistemas de ranqueamentos, é possível que essa mão não seja mais invisível, visto que a própria reputação tornou-se um indicador, validado e consolidado por uma nota ou símbolo icônico de qualidade. Reputação passa a ser quantificada e passível de ser listada, comparada e distinguida numa escala capitalizável de prestígio.

Nesse contexto, associa-se a ideia de produção e reprodução de reputação com as publicações de ranqueamentos universitários. Como as instituições sabem que os ranqueamentos divulgam dados que expõe seu desempenho em termos de reputação, elas percebem que precisam investir nos indicadores desses ranqueamentos. Passam a ser instituições conduzidas por ranqueamentos, ou seja, instituições orientadas inteiramente pelos resultados dos ranqueamentos.

Anterior à existência da indústria de ranqueamentos, quando a integração dos indivíduos ao sistema de produção e consumo era mais discreta, a reputação das instituições universitárias era definida a partir da tradição que determinadas organizações conseguiam inculcar no imaginário popular cotidiano,

nas representações da sociedade. Muitas conseguiram distinguir e legitimar uma reputação a partir do pensamento de que não eram universidades ordinárias, e sim universidades de elite. Eram vistas como universidades de elite em virtude de suas políticas de recrutamento social, uma vez que aplicavam mecanismos e estratégias que favoreciam certos estratos sociais em detrimento de outros. Formavam os filhos da elite e, conseqüentemente, reproduziam o quadro da elite nacional (GOLDEN, 2007). Como seus processos de seleção, até meados do século XX, eram conhecidos por priorizar filhos de famílias privilegiadas econômica e culturalmente, passaram a receber o rótulo de universidades de elite (KARABEL, 2005). Apesar de essa interpretação fazer justiça aos episódios ocorridos no interior de universidades históricas dos Estados Unidos, especificamente nas *Ivy League Universities* ou *Ancient Eight* (*Harvard, Yale, Princeton, Columbia, Cornell, Dartmouth, Brown e University of Pennsylvania*), experiências e denúncias semelhantes podem ser encontradas nas universidades de elite da Inglaterra (*Oxford e Cambridge*), França (*Grandes Écoles*) e Japão (*Imperial Universities* ou *National Seven Universities*).

Outra maneira de gerar reputação relacionava-se à mudança de paradigmas nas funções das instituições universitárias. No curso do século XIX, perseguindo o modelo 'humboltiano', as universidades que gerenciaram suas pesquisas com outra função além do ensino, conseguiram sustentar alta reputação em virtude de estarem trazendo benefícios à sociedade e à indústria por meio da produção de conhecimento científico e tecnológico. Assim, universidades que desenvolveram condições de pesquisas, por exemplo, as universidades da Califórnia, Caltech, Colúmbia, Harvard e Yale, foram beneficiadas com um fluxo próspero de investimento público e privado (GEIGER, 1986). Neste cenário, reputação tornou-se sinônimo de riqueza e inclinação à facilidade de captar recursos e gerar dividendos financeiros.

No decorrer dos séculos XIX e XX, reputação universitária legitimou-se também a partir dos sistemas de reconhecimento e recompensa da academia científica. Desenvolveram-se maneiras de seus profissionais (professores e pesquisadores) se distinguirem em suas funções, pelo nível de competência alcançada em seus respectivos ofícios e pela autoridade construída diante da comunidade científica ou do corpo docente. Assim, a reputação das instituições universitárias também era proporcionada, embora não fosse uma atividade contabilizada ou numericamente escalonada e transformada em um documento público, a partir da entrega e apresentação de prêmios, menções honrosas, destaques nas publicações e nos canais midiáticos e medalhas,

mecanismos de reconhecimento angariado por seus profissionais.

Contudo, com o advento de inúmeros fatores que transformaram o Ensino Superior depois da metade do século XX, como o crescimento de alunos, a universalização dos estudos superiores, a massificação e o escalonamento de qualidade institucional, o aumento da competitividade, a diversificação institucional, a internacionalização e mobilidade docente e discente, a globalização e a mercantilização Educação Superior, o processo de construção de reconhecimento universitário passou a depender mais dos resultados publicados em listas de ranqueamento (ALTBACH et al., 2010).

No cenário internacional, a primeira iniciativa de ranquear o Ensino Superior ocorreu nos Estados Unidos em 1925, quando o Professor Donald Hughes desenvolveu uma forma de ranquear programas de pós-graduação tendo por base reputação institucional nos termos das opiniões de seus professores (SHIN; TOUTKOUSIAN, 2011). Depois dessa iniciativa, 60 anos se transcorreram até que um novo instrumento de ranking fosse inventado e comercializado. Em 1981, *US News and World Report* lançaram um ranking que avaliava as instituições de Ensino Superior americanas (USHER; MEDOW, 2009). A partir desse momento, o modelo de ranqueamento nacional rapidamente se difundiu em vários países anglo-saxônicos e com isso novos sistemas de ranqueamentos foram desenvolvidos com o fito de medir o desempenho de instituições de Ensino Superior, levando em consideração diversificados pesos, medidas e indicadores.

Em sistemas de Ensino Superior direcionados pelo mercado, os novos ranqueamentos nacionais foram desenvolvidos pela iniciativa privada e por instituições universitárias, sendo publicados em revistas, jornais, internet, entre outras tecnologias de informação e comunicação Tabela 1. Em contrapartida, nos sistemas de Ensino Superior que contam com a atuação centralizada do governo, o Estado tem cunhado instrumentos de ranqueamentos para listar o posicionamento de suas instituições de Ensino Superior, como recentemente tem ocorrido na Nigéria, Paquistão e Cazaquistão (SALMI, 2009).

É oportuno registrar que a constituição de um mercado internacional, em virtude da procura por cursos e programas de graduação e pós-graduação, tem impulsionado o estabelecimento de vários instrumentos de ranqueamento interessados em monitorar o desempenho das universidades ao redor do mundo; tratam-se dos ranqueamentos globais ou internacionais Tabela 1.

No ano de 2003, a Universidade Jiao Tong, de Xangai, criou o Academic Ranking of World Universities (Ranqueamento Acadêmico das

Universidades do Mundo) com finalidade de mensurar a lacuna entre universidades chinesas e de classe mundial. Hoje, apesar de controverso em razão de possuir uma metodologia que priorize a forma de produzir pesquisa das ciências naturais, é uma das listas de ranqueamento mais influentes e abrangentes, avaliando cerca de 1.000 universidades de todo mundo e classificando 500. O Ranqueamento Acadêmico das Universidades do Mundo baseia seus resultados inteiramente em seis indicadores que confirmam pesquisa ou saída de publicação. Seus indicadores são o número de ex-alunos e docentes ganhadores de Prêmios Nobel e medalhas *Fields*; o número de pesquisadores mais citados, selecionados por um sistema que realiza a indexação de citações acadêmicas (conhecido como *Web of Science* da empresa *Thomson Reuters*); o número de artigos publicados nas revistas *Nature* e *Science*; o número de artigos indexados no *Science Citation Index* e o desempenho de pesquisa *per capita* proporcional ao tamanho da instituição.

Tabela 1. Listas de ranqueamentos internacionais e nacionais.

Internacional	Nacional
▪ AsiaWeek – Asia’s Best Universities	▪ America’s Best Colleges (Estados Unidos)
▪ Global University Ranking (Rússia)	▪ Classification of Italian Universities (Itália)
▪ HEEACT world university rankings (Taiwan)	▪ Editora Abril (Brasil)
▪ Leiden Ranking – Centre for Science and Technology Studies (Holanda)	▪ Forbes College Rankings (Estados Unidos)
▪ Newsweek Top 100 Global Universities	▪ Good University Guide (Austrália)
▪ Performance Ranking of Scientific Papers for Research Universities (Taiwan)	▪ Google College Rankings (Múltiplos países)
▪ Professional Ranking of World Universities (França)	▪ Guardian University Guide (Reino Unido)
▪ The QS world university rankings (Hong Kong)	▪ HochschulRanking (Alemanha)
▪ SCImago Institutional Rankings (Espanha)	▪ La Republica (Itália)
▪ Shanghai Jiao Tong Academic Ranking of World Universities (China)	▪ Macleans On Campus (Canadá)
▪ Times Higher Education – Thompson Reuters (Reino Unido)	▪ Melbourne Institue (Austrália)
▪ U-Multirank (Comissão Européia)	▪ National Accreditation Centre Rankings (Cazaquistão)
▪ UniversityMetric.com	▪ Netbig (China)
▪ Webometrics (Espanha)	▪ OHEC (Tailândia)
▪ World University Rankings – Quacquarelli Symonds (Reino Unido)	▪ Perspektywy (Polónia)
▪ World’s Best Colleges and Universities (Estados Unidos)	▪ Sunday Times (Irlanda)
	▪ Times Higher Education University Guide (Reino Unido)
	▪ U-rank (Suécia)
	▪ University Rankings (Ucrânia)
	▪ USNWR College Rankings (Estados Unidos)
	▪ Washington Monthly (Estados Unidos)
	▪ Wuhan University Research Centre for Science Evaluation (China)

A revista *Times Higher Education Supplement* (THE-TR), que é uma lista de ranqueamento britânica, é anualmente elaborada em parceria com a

Thomson Reuters e tem publicado matérias que classificam as universidades de maior prestígio acadêmico no mundo. A lista foi criada em 2004 juntamente com a participação da empresa *Quacquarelli Symonds* (QS), no entanto, a partir de 2010 cada instituição passou a fazer sua lista de ranqueamento separadamente. O THE-TR agrega 13 indicadores em cinco categorias: ensino; pesquisa; citações; desenvolvimento/inação e internacionalização. Para o ensino, cinco indicadores são elencados: *survey* de reputação do ensino, realizado com acadêmicos mundialmente localizados; doutorados concedidos por acadêmico; matrículas de graduandos por acadêmico; verba institucional por acadêmico e proporção entre doutorado e diplomas de graduação concedidos. Para a pesquisa, quatro indicadores são explorados: *survey* de reputação da pesquisa, realizado com acadêmicos mundialmente localizados; verba para pesquisa; publicações por acadêmicos; verba pública para financiamento de pesquisa. Os outros indicadores presentes nessa lista são o impacto da citação (influência da pesquisa), calculado a partir das publicações indexadas pela *Web of Science*; a verba para pesquisa oriunda da indústria; a proporção entre estudantes estrangeiros e nacionais; a proporção entre profissionais – professores e pesquisadores – estrangeiros e nacionais (HAZELKORN, 2010, 2011).

Em 2010, foi criado o instrumento *World University Rankings* que se tornou conhecido como um ranqueamento que outorga grande peso à reputação institucional. Ele analisa mais de 2.000 IES em 130 países e publica a classificação das 400 melhores instituições do mundo. As citações e publicações vêm das bases de dados da *SciVerse Scopus* e este mecanismo de ranqueamento possui como indicadores: reputação acadêmica; reputação entre os empregadores; proporção de docentes estrangeiros; proporção de alunos estrangeiros; proporção de alunos por docentes e citações por docentes. Além dele há outras listas de ranqueamento globais, como *Ranking Iberoamericano*, que compara o rendimento das universidades latino-americanas, e *Webometrics*, que mede a presença de publicações docentes na internet (LINDBLAD, 2008).

Com o crescimento e a popularização da indústria de ranqueamento, houve a aceleração do processo de cultivo de reputação universitária. As publicações imediatistas dos ranqueamentos e a exibição de conquistas ou fracassos universitários produziram rápidos retornos, benéficos ou em alguns casos lesivos, para a imagem e investimentos

institucionais. As percepções das universidades em torno dessas publicações levaram-nas a respeitar essas listas e aprenderem mais sobre suas organizações. Muitas universidades lançaram grupos permanentes de pesquisas para analisar o impacto dos ranqueamentos no universo do Ensino Superior. Esses grupos de pesquisa costumam estar relacionados diretamente à reitoria e aos centros de estudos avançados e interdisciplinares. Outras universidades, como é o caso da Universidade de São Paulo e da Universidade de Campinas, criaram grupos ou comissões de integração de dados do sistema acadêmico institucional a fim de aglomerar e organizar dados e informações fornecidas às instituições que elaboram os ranqueamentos internacionais. Embora a cultura de ranqueamento não seja uma prática bastante difundida mundialmente, as universidades que se consideram de ponta, a partir de uma perspectiva nacional ou de classe mundial, sofreram transformações e procuraram se adaptar a essa indústria (SALMI, 2009). O próprio preenchimento dos questionários dos rankings e o preparo da base de dados de acordo com a lógica dos instrumentos merece ser discutido mais amplamente pela comunidade acadêmica.

Assim, com os benefícios proporcionados por uma posição de destaque em sistemas de ranqueamentos, globalmente, as universidades estão aderindo à corrida por reputação. Alguns benefícios já acolhidos podem ser resumidos da seguinte forma: maior disponibilidade de financiamento para pesquisa, maior destaque para os seus quadros profissionais, aumento de procura por parte da indústria para estabelecer parcerias e convênios de pesquisa e inovação, maior procura por pesquisadores, professores e alunos estrangeiros e nacionais de alto desempenho.

A tendência é de que as listas de ranqueamentos continuem a se expandir e diversificar. A procura por status e prestígio institucional deve obrigar essas listas a continuarem ampliando seus ordenamentos, criando novos indicadores, inserindo novas universidades e mercados e ofertando listas mais longas de classificação. É provável que, com a massificação dessa indústria, a metodologia dos ranqueamentos torne-se mais complexa, com regras cada vez mais delimitadas e, conseqüentemente, conte com um aumento da quantidade de indicadores e *surveys* de reputação, tendo como base uma percentagem mais representativa de indicadores qualitativos. Hazelkorn (2011) prevê que a corrida para ocupar posições de maior relevância nessas listas deve ficar ainda mais acirrada, possibilitando uma luta mundial tingida pela barbárie por reconhecimento universitário.

Transição nos sistemas de classificação de status universitário, consequências das listas de ranqueamento e a manifestação de Universidades de Classe Mundial

No período que antecede a massificação da Educação Superior, data anterior à década de 1960, as universidades eram acreditadas tendo por base um sistema de classificação que as diferenciava. Basicamente, por uma questão numérica – nem todas as universidades podem ser as mais prestigiadas no interior de um sistema nacional em razão de uma questão de disponibilidade e distribuição de recursos – e social – toda organização social possui hierarquias nos termos de uma sociologia de campos sociais (BOURDIEU, 1996) – as instituições eram classificadas nos termos dos seguintes parâmetros de qualidade: instituições ordinárias e extraordinárias. Como não havia confirmação de dados para oferecer suporte às declarações de que uma universidade tinha ou não qualidade, o processo de ratificação de qualidade inclinava-se a depender mais de pensamentos críticos e percepções comuns.

As instituições ordinárias eram aquelas acessíveis a todos os alunos; as extraordinárias, seletivas, acessíveis apenas para um número restrito de alunos. Enquanto as primeiras eram conhecidas por serem instituições comuns e, geralmente, por matricularem maior quantidade de alunos, as últimas eram julgadas como instituições de elite, isto é, universidades que incrementavam uma política de parcialidade em seus processos de recrutamento e que eram vocacionadas para formar o quadro da elite nacional (KARABEL, 2005). Outrossim, eram numericamente menores, mas significativamente ricas e influentes na sociedade (GEIGER, 2009). Assim, em função da falta de diversificação e, quiçá, da baixa competitividade institucional, a estratificação dos sistemas nacionais de ensino Superior era bastante simples antes do período histórico da massificação e democratização do Ensino Superior.

Nessa etapa da Educação Superior, a única espécie de avaliação universitária era a avaliação interna, ou seja, aquela realizada pela própria instituição para atender suas necessidades e interesses. Esse modelo de avaliação tinha como finalidade oferecer um diagnóstico geral acerca da realização ou não dos objetivos e metas institucionais. Como não servia a terceiros como fonte de informação, comparação ou oportunidade de comercialização, o único agente interessado em seus resultados era a própria instituição universitária.

Os processos de organizar e incrementar o desempenho universitário – definição de áreas e cursos para investir, de quantidade de alunos

matriculados e profissionais afiliados à instituição etc – dependiam quase que inteiramente das decisões das instituições de Ensino Superior. Ensino e especialmente a pesquisa universitária usufruíam da autonomia que tinham contra qualquer manipulação por parte da indústria ou governo. Como forma de representar a extensão dessa autonomia, especificamente na área da pesquisa, no período pós-guerra, Vannevar Bush (2010), representante do governo americano responsável por patrocinar os ideais do relatório *Ciência, a Fronteira sem Fim*, acreditava que os cientistas universitários deveriam trabalhar em assuntos de sua própria escolha da forma ditada por sua curiosidade. Para Bush, a pesquisa na academia universitária deveria ser desinteressada e básica.

Nesse contexto, a avaliação universitária não funcionava como um instrumento de distinção ou de conferir status. Isso ocorria porque não havia uma conexão entre avaliação universitária e instituições extrauniversitárias. Em função de sua autonomia e de um lento processo de abertura para a sociedade, seria apenas a partir de 1960, com a massificação do Ensino Superior, que a universidade aprofundaria seu relacionamento com governo e especialmente com a indústria – setor produtivo – e a sociedade civil. Faz-se mister explicitar acerca de dois motivos principais que possibilitaram o estreitamento desses relacionamentos.

Em primeiro lugar, a massificação trouxe à baila uma intensificação no processo de diversificação institucional. Novas categorias de instituições de Ensino Superior foram criadas para atender clientelas diversificadas. Em países que passaram pela massificação e universalização do Ensino Superior houve uma reestruturação no processo de classificação de instituições filiadas ao Ensino Superior, produzindo-se um complexo e diversificado sistema de instituições. Desencadeou-se o surgimento de uma multiplicidade de tipos de estabelecimentos acadêmicos com formatos institucionais, vocações, práticas acadêmicas, padrões de gerenciamento e financiamento significativamente diferenciados. Ver exemplos específicos de alguns estabelecimentos nacionais na Tabela 2. Para dar conta não apenas da demanda da clientela como também das novas demandas da sociedade como um todo, os sistemas nacionais de Ensino Superior foram segmentados de acordo com os seguintes tipos institucionais e suas finalidades: (i) estabelecimentos regionais de Ensino Superior para dar conta da formação de um grande contingente de pessoas (instituições que sustentam mais da metade das matrículas no Ensino Superior); (ii) universidades públicas de grande porte no ensino e

na pesquisa (universidades nacionais) voltadas à formação de uma audiência mais qualificada; (iii) institutos de pesquisa tecnológica para formar os futuros profissionais de ponta nas áreas científicas e tecnológicas; (iv) universidades de excelência (ex-universidades de elite), detentoras de uma quantidade considerável de prestígio e reputação pela tradição que carregam com a sociedade local e nacional.

Tabela 2. Divisão interna dos sistemas de ensino superior por tipo institucional e exemplos específicos de IES nacionalmente contextualizadas.

Estabelecimentos Regionais	Universidades Nacionais	Institutos Tecnológicos de Ponta	Universidades de Excelência
Community colleges ou junior colleges (EUA)	State universities (EUA)	Politécnicas (França)	Ivy League (EUA)
Colleges ou Cégeps (Canadá)	Universidades Federais (Brasil)	Institutos de Pesquisas de Tecnologia – MIT, CALTEC (EUA)	Oxbridge (Inglaterra)
	Innovative research universities (Austrália)	ITA (Brasil)	Imperial Universities (Japão)
		Technology Network Universities (Austrália)	Group of Eight (Austrália)

Em segundo lugar, após a massificação e a diversificação no Ensino Superior, mundialmente, a universidade começou a incorporar uma nova missão além do ensino e da pesquisa, o desenvolvimento econômico (ETZKOWITZ, 2002). Para Etkowitz e Klofsten (2005), a conjuntura entre universidade, indústria e governo passou a estruturar e acelerar os desenvolvimentos científicos e tecnológicos. A universidade começou a ser vista como instituição fundamental para o crescimento econômico nacional.

A indústria, por depender de inovação para produzir riquezas, compreendeu a importância do papel da academia no que diz respeito à geração de conhecimento tecnológico e inovação. Em relação ao governo, este reconheceu o papel fundamental da universidade na formação de recursos humanos. A universidade, por outro lado, percebeu que pode contribuir também com o desenvolvimento econômico e social de um país a partir de três iniciativas: (i) realizar pesquisas de ponta, especialmente a partir da contribuição com empresas e o setor produtivo, participando também em processos de modelação tecnológica; (ii) transformar-se em um verdadeiro local de inovação e de pesquisa científica e tecnológica, com a inauguração de parques tecnológicos, empresas incubadoras, escritórios de transferência tecnológica, centros de pesquisas etc; (iii) implantar uma filosofia

de universidade empreendedora, no sentido que os professores e alunos são estimulados a desenvolverem suas empresas, *start-ups* e *spin-offs*, agregando instituições de investimento, como as empresas de crescimento (*growth firms*), empresas públicas e privadas de capital de alto, médio e baixo risco, investidores *angels*, bancos etc (ETZKOWITZ, 2002, 2003, 2009).

Nessa última probabilidade, podem ocorrer três vertentes: que a universidade assuma o papel da indústria ao promover a criação de novas empresas, como as *start-ups*, tendo os professores e acadêmicos como sócios e gerentes; as empresas desenvolvam treinamentos e compartilhar seu conhecimento por meio de parcerias ou *joint ventures* ou o governo providencie o capital de risco ou inicial de pesquisa para ajudar a dar início a novos empreendimentos, ao mesmo tempo em que mantém suas atividades regulatórias, prevendo as regras do jogo.

Diante dessas novas configurações de diversificação e mercantilização das instituições universitárias, as listas de ranqueamento se espalharam mundialmente. Para Dill (2010), os sistemas de ranqueamento primeiramente apareceram em sistemas nacionais direcionados pela lógica do mercado a fim de suprir a falta de regulamentação e padrões de controle de qualidade instituídos pelo Estado. No entanto, segundo o autor, as forças da globalização e uma crescente tendência do mercado de começar a regular o Ensino Superior em sistemas orientados pela presença central do Estado fizeram com que esses instrumentos rapidamente se espalhassem mundialmente.

A presença dos ranqueamentos, especialmente os globais, transformou o sistema de classificação de status universitário. As mudanças fizeram com que as posições mais destacadas de distinção fossem subdivididas. O nível de distinção, que era justamente o ponto de ser ou não ser considerada uma instituição de ponta – ser ou não ser uma universidades de elite –, segmentou-se em posições escalonados por níveis de qualidade. Essas vagas sofreram uma hierarquização, de certa forma contribuindo para uma competição mais acirrada entre essas instituições. Assim, os ranqueamentos delimitaram numericamente a quantidade de universidades que são ou não de ponta e escalonaram o desempenho dessas instituições, de forma que o seu rigor metodológico passou a servir como porta de entrada para as instituições universitárias ocupar uma vaga nesses escalões de prestígio e reputação.

A subdivisão das posições mais destacadas das listas de ranqueamento internacionais incitou o

desenvolvimento de uma nova terminologia para diferenciar universidades internacionais de ponta. As universidades, ocupando as vagas do primeiro escalão, tornaram-se conhecidas como Universidades de Classe Mundial (UCM). Salmi (2009), coordenador da repartição da Educação Superior do Banco Mundial, em um documento conhecido como *The Challenge of Establishing World-Class Universities*, explica que UCM são instituições que representam globalmente o Ensino Superior nacional em sua capacidade de gerar desenvolvimento econômico e conhecimento nas áreas científica, tecnológica e de inovação. Esclarece também que são instituições completamente abertas para o processo de internacionalização e globalização, sendo que a excelência na qualidade de suas atividades de ensino e pesquisa advém, em grande parte, de suas experiências internacionais acumuladas e culturalmente incorporadas aos seus docentes e discentes. Para Levin (2010), trata-se de universidades que promovem o avanço do conhecimento humano sobre a natureza e a cultura, proporcionam treinamento para a próxima geração de acadêmicos e também oferecem excelentes cursos de graduação e educação profissional para aqueles que emergirão como líderes em todos os segmentos de exaltada influência na organização social. Palfreyman e Tapper (2009) afirmam que, sem nenhuma exceção, toda universidade de classe mundial é uma universidade orientada pela centralidade da pesquisa como valor institucional.

Há várias outras estipulações e hipóteses que listam e organizam as qualidades necessárias para construir uma UCM, conforme descrito nas pesquisas de Palfreyman e Tapper (2009), Altbach (2007), Schwartzman (2006), Salmi (2009), Vilela (2009), Ngok e Weiqing (2008) e Gong e Li (2010). Estas pesquisas citam as conclusões de Altbach e mencionam que as UCM são instituições financiadas majoritariamente pelo poder público, que apresentam uma estrutura organizativa complexa, oferecem extensa variedade de cursos de graduação e pós-graduação, possuem múltiplos objetivos de pesquisa, além de possuírem recursos e orçamentos para recrutarem docentes e discentes de outros países.

Segundo Schwartzman (2007), as UCM apresentam o potencial de preparar países e culturas para interagirem na era da globalização, podendo não apenas contribuir no avanço da ciência e tecnologia do país para competir mundialmente, como também facilitar processos de comunicação e processos de compreensão interculturais, propiciando novos caminhos para o estabelecimento de sinergias internacionais. Sua visão do que são e do potencial

que carregam para construir uma agenda de desenvolvimento nacional e global se expressa em seu pensamento do dever ser dessas instituições:

A ênfase exclusiva na pesquisa é um exagero. Universidades de classe internacional devem desenvolver ciência e tecnologia, mas também cultura, formação geral, conhecimento e capacidade de entender o que ocorre no país e no mundo. Elas devem formar professores, diplomatas, altos funcionários, políticos, jornalistas, historiadores. Elas devem servir de ponte de contato e comunicação entre o país e o mundo, e servir de padrão de referência de qualidade e relevância para outras instituições (SCHWARTZMAN, 2006, p. 178).

Apesar de não ser um conceito amplamente explorado no Brasil, as UCM são uma realidade que possivelmente tem se transformado num novo padrão internacional de instituição universitária. Por exemplo, a Arábia Saudita está em fase de construção de duas universidades de notório reconhecimento e destaque internacional (CHENG et al., 2009). O Ministério da Educação da Índia anunciou a intenção de construir 14 UCM (LEVIN, 2010), a Coreia do Sul tem discutido a questão por intermédio do programa 'Brain Korea 21', (ALTBACH, 2007) e Cingapura tem investido na *National University of Singapore* e *Nanyang University of Technology*, com finalidade de transformá-las em UCM (SADLAK; NIAN, 2009), países do Golfo, Malásia, Japão, Vietnam, Rússia, França, entre outros que estão participando dessa tendência global (LEVIN, 2010; ALTBACH, 2007).

Assim, percebe-se que as listas de ranqueamentos têm cooperado para uma contínua ampliação da diversidade institucional de universidades, especialmente a partir da geração de novas nomenclaturas para designar o que é qualidade não apenas em um âmbito local, sobretudo em um âmbito internacional. Assim, tudo indica que este sistema seja um paradigma hegemônico que tem se proliferado a partir de eixos centrais de exportação de modelo, conectando-se a eixos periféricos de importação de modelos (MOHRMAN et al., 2007). Enfatiza-se inclusive a necessidade de uma contracultura hegemônica que mantenha permanente vigilância epistemológica acerca de lógicas mercantis e neoliberais que visam suplantam a educação local e regional (GOMES; COLARES, 2012). Com isso, precisa-se questionar se o nosso sistema de avaliação seja prono não a um processo de circulação de modelos paradigmáticos, mas a um processo de imposição de modelos paradigmáticos em função do poder do mercado e das forças mercantilistas. Precisa-se refletir, em uma esfera global, se a busca por qualidade universitária de nível

de classe mundial – ambição fortalecida pela diferenciação de qualidade nas listas de ranqueamento internacional – está apagando ou neutralizando a genealogia local e nacional de modelos universitários originários e contextualizados. Nas palavras de Dill (2009, p. 99), portanto, “[...] ranqueamentos, como os pobres, sempre estarão conosco [...]” e continuaram a influenciar modelos nacionais e regionais de listagem e qualificação de instituições universitárias.

Considerações finais

É prudente afirmar que a presença dos sistemas de ranqueamentos nacionais e internacionais tem transformado o sistema de produção de parâmetros avaliativos das instituições de ensino e pesquisa e os critérios de classificação de reputação universitária. Algumas perguntas pertinentes são: qual o futuro dos instrumentos de ranqueamento para o Ensino Superior global e para o Ensino Superior brasileiro especificamente? Quais dimensões dos rankings podem ser direcionadas para mensuração da qualidade do ensino nas universidades e não apenas para construção de reputação sob a égide do mercado? O sistema de ranqueamento descreve reputação ou constrói e vende reputação?

Até o momento, observa-se que as listas de ranqueamentos estão participando do processo de transformação da missão das instituições universitárias por intermédio da inclusão de estratégias de corporações, onde instituições baseadas na lógica do mercado competem por posições e status, usufruindo de realidades marcadas pela incerteza e mobilidade entre a posição que estão e a colocação que pretendem alcançar. A pressão produzida pelas publicações dos ranqueamentos estimula as universidades a uma procura interminável de ampliação, acumulação e reprodução de mais reputação e mais prestígio. Assim, o corpo docente vive um permanente estado de busca por estratégias inovadoras de produção de pesquisas que gerem publicações de alto impacto, mas o impacto de suas pesquisas nos territórios pesquisados não compõe nenhuma das dimensões dessas listas.

A corrida por excelência pode gerar uma homogeneização no desempenho das universidades, uma vez que as listas de ranqueamentos são baseadas em indicadores sintonizados com uma agenda global com baixa especificidade para responder aos problemas de pesquisa local e menor compromisso com o desenvolvimento regional. Com isso, as orientações de investimento das universidades acabam sendo regidas por padrões e indicadores

estabelecidos por instituições de ponta, mas que são estranhas e possuem propósitos não facilmente compatibilizados às necessidades e interesse específicos, comprometendo a capacidade de gerar desenvolvimento e produção de conhecimento nas áreas científica, tecnológica e de inovação regional e nacional.

Assim, o sistema de ranqueamento nacional e internacional representa um tema que precisa ser mais explorado por especialistas e autoridades acadêmicas, políticas e governamentais que lideram e administram as Instituições de Ensino Superior. Não se trata apenas de listar vantagens e desvantagens da utilização desses instrumentos, mas de refletir acerca da própria natureza da educação para o século XXI e o enfrentamento de situações e dinâmicas de realidades complexas mediadas cada vez mais pela lógica do mercado e não por uma agenda de pesquisa que priorize o desenvolvimento como expansão da qualidade de vida das populações. Por isso, pensar o desenvolvimento e o futuro das universidades para além da lógica do neoliberalismo econômico é um projeto contra-hegemônico que demanda uma perspectiva crítica e permanente por parte de especialistas, Estado, educadores e a sociedade.

Referências

- ALTBACH, P.; REISBERG, L.; RUMBLEY, L. **Trends in global higher education**: Tracking an academic revolution. Boston: Sense Publications, 2010.
- ALTBACH, P. Empires of knowledge and development. IN: ALTBACH, P.; BALÁN, J (Org.). **World-class worldwide**: Transforming research universities in Asia and Latin America. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2007. p. 1-28.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus, 1996.
- BUSH, V. Science, the endless frontier. **Revista Ensino Superior**, v. 1, n. 2, p. 86-95, 2010.
- CHENG, K.; WANG, Y.; PAN, S. The legacy of planning: Higher education development in China. In: PALFREYMAN, D.; TAPPER, T. (Ed.). **Structuring mass higher education**: The role of elite institutions. New York and London: Routledge, 2009. p. 153-168.
- DILL, D. Convergence and diversity: the role and influence of university rankings. In: KEHM, B.; STENSAKER, B (Ed.). **University rankings, diversity, and the new landscape of higher education**. Rotterdam: Sense Publishers, 2009. p. 97-116.
- ETZKOWITZ, H. **Hélice tríplice**: universidade – indústria – governo, inovação em movimento. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2009. p. 278.
- ETZKOWITZ, H. **MIT and the rise of entrepreneurial science**. New York: Routledge, 2002.

- ETZKOWITZ, H.; KLOFSTEN, M. The innovation region: toward a theory of knowledge-based regional development. **Research and Development Management**, v. 35, n. 3, p. 243-255, 2005.
- ETZKOWITZ, H. Research groups as 'quasi-firms': the invention of the entrepreneurial university. **Research Policy**, v. 32, n. 1, p. 109-121, 2003.
- FEDERKEIL, G. Reputation indicators in rankings of higher education institutions. In: KEHM, B.; STENSAKER, B. (Ed.). **University rankings, diversity, and the new landscape of higher education**. Rotterdam: Sense Publishers, 2009. p. 19-34.
- GEIGER, R. The Ivy League. In: PALFREYMAN, D.; TAPPER, T. (Ed.). **Structuring mass higher education: The role of elite institutions**. New York and London: Routledge, 2009. p. 281-302.
- GEIGER, R. **To advance knowledge: The growth of American research universities, 1900-1940**. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- GOLDEN, D. **The price of admission: How America's ruling class buys its way into elite colleges – and who gets left outside the gates**. New York: Three Rivers Press, 2007.
- GOMES, M. A. O.; COLARES, M. L. I. S. A educação em tempos de neoliberalismo: dilemas e possibilidades. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 2, p. 281-290, 2012.
- GONG, F.; LI, J. Seeking excellence in the move to a mass system: Institutional responses of key Chinese comprehensive universities. **Frontier Education China**, v. 5, n. 4, p. 477-506, 2010.
- HAZELKORN, E. **Rankings and the reshaping of higher education: The battle for world-class excellence**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- HAZELKORN, E. Os rankings e a batalha por excelência de classe mundial: estratégias institucionais e escolhas políticas. **Ensino Superior Unicamp**, v. 21, n. 1, p. 47-68, 2010.
- KARABEL, J. **The chosen: The hidden history of admission and exclusion at Harvard, Yale, and Princeton**. Boston; New York: Houghton Mifflin Company, 2005.
- LEVIN, R. A ascensão das universidades asiáticas. **Ensino Superior Unicamp**, v. 1, n. 2, p. 29-36, 2010.
- LINDBLAD, S. Navigating in the field of university positioning: on international ranking lists, quality indicators and higher education governing. **European Educational Research Journal**, v. 7, n. 4, p. 438-450, 2008.
- MOHRMAN, K.; MA, W.; BAKER, D. The emerging global model of the research university. In: ALTBACH, P.; PETERSON, P. (Ed.). **Higher education in the new century: global challenges and innovative ideas**. Rotterdam: Sense Publishers, 2007. p. 145-179.
- NGOK, K.; WEIQING, G. The quest for world class universities in China: critical reflections. **Policy Futures in Education**, v. 6, n. 5, p. 545-557, 2008.
- PALFREYMAN, D.; TAPPER, T. What is an elite or leading global university? In: PALFREYMAN, D.; TAPPER, T. (Ed.). **Structuring mass higher education: The role of elite institutions**. New York and London: Routledge, 2009. p. 203-218.
- SADLAK, J.; NIAN, C. L. **The world-class university as part of a new higher education paradigm: from institutional qualities to systemic excellence**. Bucharest: Unesco-Cepes, 2009.
- SALMI, J. **The challenge of establishing world-class universities**. Washington, D.C.: The World Bank, 2009.
- SCHWARTZMAN, S. A universidade primeira do Brasil: entre *intelligentsia*, padrão internacional e inclusão social. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 161-189, 2006.
- SCHWARTZMAN, S. Brazil's leading university: Between intelligence, world standards and social inclusion. In: ALTBACH, P.; BALAN, J. (Ed.). **World class worldwide: Transforming research universities in Asia and Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007. p. 143-172.
- SPONSLER, B. A. **The role and relevance of rankings in higher education policymaking**. Washington, D.C.: IHEP, 2010.
- SHIN, J.; TOUTKOUSHIAN, R. The past, present, and future of university rankings. In: SHIN, J.; TOUTKOUSHIAN, R.; TEICHLER, U. (Org.). **University rankings: Theoretical basis, methodology and impacts in global higher education**. New York: Springer, 2011. p. 1-16.
- TEICHLER, U. The future of university rankings. In: SHIN, J.; TOUTKOUSHIAN, R.; TEICHLER, U. (Org.). **University rankings: Theoretical basis, methodology and impacts in global higher education**. New York: Springer, 2011. p. 259-265.
- USHER, A.; MEDOW, J. A global survey of university rankings and league tables. In: KEHM, B.; STENSAKER, B. (Ed.). **University rankings, diversity, and the new landscape of higher education**. Rotterdam: Sense Publishers, 2009. p. 3-18.
- VILELA, S. USP: uma universidade de classe mundial. In: VILELA, S.; LAJOLO, F. (Org.). **USP 2034: planejando o futuro**. São Paulo: Editora da USP, 2009. p. 13-44.

Received on April 7, 2012.

Accepted on June 4, 2013.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.